

FR.2023.1734

Nº IBAMA (SEI): 02001.001577/2016-20

Belo Horizonte/MG, 14 de julho de 2023.

Ao Comitê Interfederativo (CIF)

A/C: ILMO. SR. RODRIGO DE AGOSTINHO MENDONÇA

PRESIDENTE DO COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF)

SCEN Trecho 2, Edifício Sede do Ibama, Caixa Postal nº 09566

CEP 70818-900, Brasília/DF

Ref.: Impugnação à Deliberação nº 691 do Comitê Interfederativo (CIF) – Inclusão das comunidades remanescentes de quilombos de Conceição da Barra e São Mateus (Território Sapê do Norte) e início do atendimento da Comunidade de Santa Efigênia no Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos outros Povos e Comunidades Tradicionais (PG 04), bem como os demais programas relacionados com a temática geridos pela Fundação Renova

FUNDAÇÃO RENOVA (ou “Fundação”), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.135.507/0001-83, com endereço na Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 4º andar, em Belo Horizonte/MG, CEP 30112-021, vem, respeitosa e tempestivamente, por seu representante abaixo assinado, **IMPUGNAR integralmente** o conteúdo da Deliberação nº 691, aprovada no âmbito da 69ª Reunião Ordinária, realizada em 28 e 29 de junho de 2023 (“Deliberação CIF nº 691”), conforme exposto a seguir.

I. CONTEXTO

1. A edição da Deliberação nº 691 se baseou **a)** na aprovação da Nota Técnica nº 49/2023 elaborada pela Câmara Técnica de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT), a qual

reconheceu os Quilombolas de Conceição da Barra e São Mateus, no Estado do Espírito Santo, como comunidades impactadas, nos termos da cláusula 50¹ do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), conforme o Parecer 01/2023 emitido pela Fundação Cultural Palmares (FCP); e **b)** na determinação de atendimento à Comunidade de Santa Efigênia (Mariana/MG) no Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos outros Povos e Comunidades Tradicionais (PG04), de acordo com o Parecer 01/2023 da Fundação Cultural Palmares, de forma a cumprir a cláusula 46² do TTAC.

2. Ressalte-se que a Fundação Renova já havia, oportunamente, se pronunciado quanto a um dos objetos da Deliberação nº 691, quando se manifestou, por meio do Ofício FR.2022.0010-01, a respeito do item 7.1 de pauta da 69ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo (CIF), apresentado pela CT-IPCT, sobre a inclusão das comunidades remanescentes de quilombos de Conceição da Barra e de São Mateus (Território Sapê do Norte) no Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos outros Povos e Comunidades Tradicionais (PG 04), bem como nos demais programas relacionados com a temática geridos pela Fundação Renova.

3. Considerando que esse Comitê não considerou as razões expostas pela Fundação Renova para fundamentar o pedido de retirada de pauta do item 7.1 de pauta da 69ª Reunião Ordinária do CIF, ou que a pretensão contida na Nota Técnica 49/2023/CT-IPCT não fosse acatada, faz-se necessária a presente impugnação à aprovação da Deliberação nº 691.

¹ CLÁUSULA 50: Caso haja indícios trazidos pelo PODER PÚBLICO de outras comunidades tradicionais que tenham sido porventura impactadas pelo EVENTO, a FUNDAÇÃO deverá adotar o mesmo procedimento previsto nesta subseção.

² CLÁUSULA 46: A FUNDAÇÃO deverá estabelecer tratativas com as Comunidades Remanescentes do Quilombo de Santa Efigênia, em Mariana – MG, e executar estudo para identificar eventuais impactos às referidas comunidades em decorrência do EVENTO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso sejam identificados impactos que justifiquem a adoção de medidas emergenciais, a FUNDAÇÃO deverá implementá-las com a devida urgência, enquanto perdurar a necessidade. PARÁGRAFO SEGUNDO: Para elaboração de estudo previsto no caput, a FUNDAÇÃO contratará consultoria independente, em até 90 (noventa) dias, a contar da apresentação do Termo de Referência a ser apresentado pela Fundação Cultural Palmares - FCP.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso o resultado do estudo previsto no caput indique a necessidade, a FUNDAÇÃO elaborará um programa de ação permanente, que deverá ser construído em conjunto com as comunidades, em tratativas e negociações que contem com a participação da Fundação Cultural Palmares – FCP.

II. INSUBSISTÊNCIA DAS RECOMENDAÇÕES DA NOTA TÉCNICA Nº 49/2003

4. A Nota Técnica nº 49/2023, que fundamentou a aprovação da Deliberação nº 691, foi expedida pela CT-IPCT, no exercício da sua atribuição de assessorar o CIF no acompanhamento, monitoramento e fiscalização do Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos Indígenas e de outros Povos e Comunidades Tradicionais, nos termos da Cláusula 8, I, “d” do TTAC³.

5. A referida Nota Técnica trata da reivindicação das comunidades remanescentes de quilombos que integram o Território Sapê do Norte, que abrange os municípios de Conceição da Barra e São Mateus, no Estado do Espírito Santo, de sua inclusão nos programas da Fundação Renova, **com fundamento na Cláusula 50 do TTAC e no Parecer nº 01/2023 da Fundação Cultural Palmares.**

6. O documento detalha a participação dos representantes das referidas comunidades nos eventos do sistema CIF do dia 04/05/2023, por ocasião da 49ª Reunião Ordinária da CT-IPCT, que teria contado com testemunhos expressivos sobre as transformações vividas pelos comunitários após o rompimento da barragem, os quais apontaram a ausência dos pescados, falta de água para irrigação das roças e hortas, enfraquecimento das festas tradicionais, êxodo de jovens quilombolas para os centros urbanos, ausência de batismos em decorrência da contaminação dos rios, entre outros problemas.

³ CLÁUSULA 08: Os eixos temáticos e respectivos PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS a serem elaborados, desenvolvidos e executados pela FUNDAÇÃO a ser instituída, detalhados em capítulo próprio, são os seguintes:

I. ORGANIZAÇÃO SOCIAL:

d) Programa de proteção e recuperação da qualidade de vida de outros povos e comunidades tradicionais;

7. A CT-IPCT sustentou, ainda, na Nota Técnica nº 49/2023, a **suposta inobservância da Deliberação nº 58 do CIF pela Fundação Renova**, com base na qual entende ser devida a inclusão das comunidades do Território Sapê do Norte no Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos outros Povos e Comunidades Tradicionais (PG 04), justificando, ainda, ser devido o pagamento do Auxílio Financeiro Emergencial (AFE).

8. Como é de conhecimento do CIF e da CT-IPCT, a edição da Deliberação nº 58 ensejou a instauração do Incidente de Divergência nº 1040611-58.2020.4.01.3800, em conjunto, pelas Empresas Samarco, Vale e BHP, por entenderem que o reconhecimento de “novas áreas” como impactadas e a determinação de sua inclusão nos programas da Fundação Renova se deu de forma unilateral, sem qualquer embasamento técnico e sem observar as disposições previstas na Cláusula 20 do TTAC⁴, haja vista que as conclusões que embasam a referida Deliberação foram alcançadas com base em técnica de sobrevoo das áreas estuarinas, marinha e costeira do Espírito Santo, sem qualquer coleta de dados ou inspeção *in loco*, capitaneada pelo CIF.

9. Por sua vez, em contraposição à técnica de sobrevoo e, em atenção à referida Cláusula, a Fundação Renova contratou a TETRA+, instituição independente que elaborou estudo técnico-científico que, após realizar inspeções *in loco*, concluiu pela inexistência de impactos causados pelo rompimento em áreas estuarina, marinha e costeira, em especial nos Municípios de São Mateus e Conceição da Barra – local não alcançado pela pluma de rejeitos –, e Fundão e Serra – onde não é possível relacionar parâmetros de qualidade da água e sedimentos com o rompimento.

⁴ CLÁUSULA 20: Deverá ser identificada a totalidade das áreas em que se constatarem impactos sociais, culturais, econômicos ou ambientais, em estudo contratado pela FUNDAÇÃO e realizado por instituição independente a partir de orientações do COMITÊ INTERFEDERATIVO, que deverá validá-lo.

10. Caso assim fosse feito pela Fundação Renova, ela estaria agindo em descumprimento do próprio TTAC (Cláusulas 20 e 22⁵), pois o acordo prevê a necessidade, para que sejam adotadas as medidas de mitigação, de **estudos técnicos que demonstrem o efetivo impacto social, cultural, econômico ou ambiental** nas denominadas “novas áreas”.

11. A inexistência de embasamentos técnicos para o reconhecimento das “novas áreas”, portanto, é o fundamento do pedido de nulidade da Deliberação nº 58 no Incidente de Divergência nº 1040611-58.2020.4.01.3800.

12. No entanto, além de inexistir fundamento técnico para a edição da Deliberação nº 58 pelo CIF, inexistente, também, qualquer demonstração de efetivos danos às comunidades tradicionais citadas na **Nota Técnica nº 49/2023**, tampouco a demonstração de **indícios** desses danos, conforme exigido na Cláusula 50 do TTAC.

13. A Fundação Cultural Palmares, órgão oficial responsável pela promoção e proteção aos direitos dos povos remanescentes de quilombos de todo o território nacional, jamais apresentou à Fundação Renova informação acerca da existência de impactos coletivos às comunidades do território de Sapê do Norte em decorrência do rompimento ou solicitou a adoção de diretriz especial de atendimento, tendo se limitado a, somente depois de 7 anos do rompimento, elaborar o Parecer anteriormente citado para, com base na Deliberação nº 58, sustentar a necessidade de atendimento das referidas comunidades.

14. **Verifica-se, contudo e, conforme exposto, que inexistem indícios de impacto decorrentes do rompimento às comunidades e que justifiquem o seu atendimento pela Fundação Renova.**

⁵ CLÁUSULA 20: Deverá ser identificada a totalidade das áreas em que se constatarem impactos sociais, culturais, econômicos ou ambientais, **em estudo** contratado pela FUNDAÇÃO e realizado por instituição independente a partir de orientações do COMITÊ INTERFEDERATIVO, que deverá validá-lo. (grifado)

CLÁUSULA 22: Caberá à Fundação definir, **a partir dos estudos técnicos**, se a pessoa física ou jurídica, famílias ou comunidades atenderam aos requisitos e critérios para ser cadastrado, devendo o cadastro ser submetido à validação do COMITÊ INTERFEDERATIVO. (grifado)

15. Embora a Nota Técnica nº 49/2023 aponte a suposta ausência dos pescados, falta de água para a irrigação das roças e hortas, enfraquecimento das festas tradicionais, êxodo de jovens quilombolas para os centros urbanos, ausência de batismos em decorrência da contaminação dos rios, entre outros problemas, não foi demonstrada minimamente a ocorrência de impactos ao modo de vida das comunidades, relacionados à identidade étnica, interrupção de celebrações tradicionais, perda de espaços de referência sociocultural, limitação à realização de práticas rituais, interrupção da transmissão de conhecimento tradicional, dentre outros.

16. Em decisão recente, proferida em 28/04/2023 pelo Des. Relator Ricardo Rabelo (Doc. 01), nos Agravos de Instrumento nºs 1004074-71.2023.4.06.0000, 1004077-26.2023.4.06.0000 e 1004185-55.2023.4.06.0000, interpostos no âmbito do citado Incidente de Divergência, foi consignado que *a questão relativa à inclusão de novos municípios possivelmente impactados pelo evento a esta altura, decorridos mais de 7 (sete) anos do acidente, **sem contundente e robusta prova técnica** mostra-se precipitada.*

17. Verifica-se, portanto, que a questão da inclusão de “novas áreas” nos programas da Fundação Renova está pendente de discussão no Judiciário, sendo objeto de Incidente de Divergência, **devendo-se aguardar a sua conclusão para se verificar a pertinência do atendimento à Deliberação nº 58 pela Fundação Renova.** Reitera-se, ainda, nos termos da decisão proferida pelo Des. Ricardo Rabelo, que **inexiste contundente e robusta prova técnica que reconheça os impactos alegados na Deliberação nº 58 e, consequentemente, na Nota Técnica nº 49/2023,** que nela se baseia.

18. Acrescente-se que, conforme já registrado em manifestações anteriores direcionadas a esse Comitê, o Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos e Comunidades Tradicionais tem suas ações definidas pelas Cláusulas 46 a 53 do TTAC.

19. O atendimento a outras comunidades tradicionais não mencionadas no TTAC, como seria o caso do público contemplado na Nota Técnica nº 49/2023, está previsto na Cláusula 50, que é clara ao definir que cabe ao **poder público** apontar indícios de outras comunidades tradicionais que tenham sido impactadas pelo rompimento e que devem ser objeto de atuação do PG04:

*“CLÁUSULA 50: Caso haja **indícios** trazidos pelo PODER PÚBLICO de outras comunidades tradicionais que tenham sido porventura impactadas pelo EVENTO, a FUNDAÇÃO deverá adotar o mesmo procedimento previsto nesta subseção”*

20. Em que pese a CT-IPCT tenha fundamentado o seu pedido na existência do Parecer nº 1/2023/CP02DPA/DPA/PR da Fundação Cultural Palmares, **esse próprio documento se fundamenta, por sua vez, também na Deliberação nº 58 do CIF** e na decisão proferida nos autos do Incidente de Divergência nº 1046611-58.2020.4.01.3800, *que determinou a inclusão em caráter cautelar, dos programas em execução pela Fundação Renova aos territórios reconhecidos como impactados através da deliberação*. Ocorre que, conforme já demonstrado acima, a referida decisão teve seus efeitos suspensos pela decisão do Des. Ricardo Rabelo, nos Agravos de Instrumento nºs 1004074-71.2023.4.06.0000, 1004077-26.2023.4.06.0000 e 1004185-55.2023.4.06.0000.

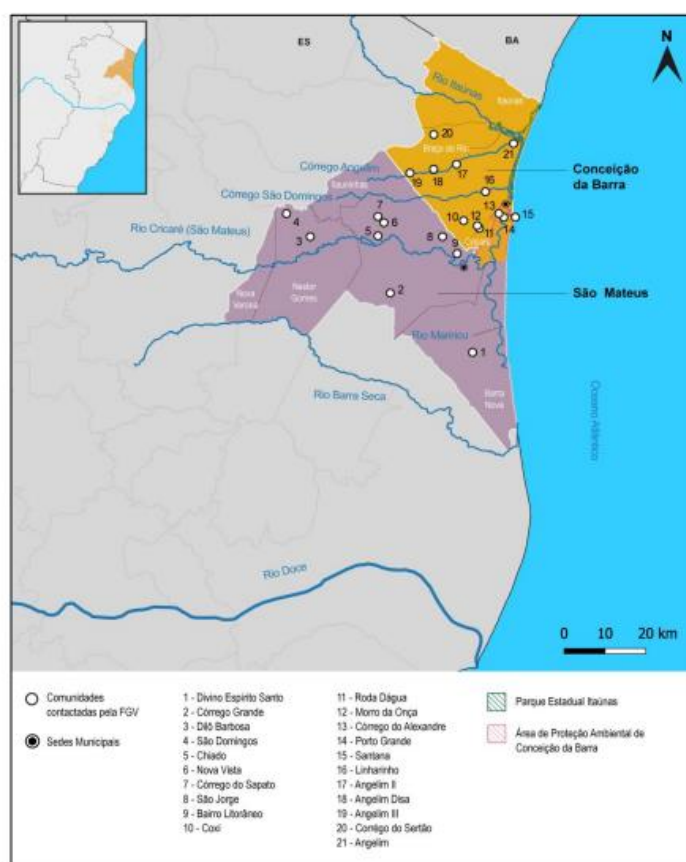
21. Ademais, no relatório produzido pela Tetra+, denominado “Análises Ambientais e o Nexo Causal com o Rompimento da Barragem de Fundão nos Estudos Elaborados que Abrangem a Região de Novas Áreas”, foi feita a análise de 17 estudos-chaves realizados na região das chamadas “Novas Áreas”, bem como 57 outros documentos para consulta e apoio, buscando-se “relacionar as condições verificadas nos ambientes com as causas e seus efeitos que podem ter sido em consequência do rompimento da barragem de Fundão”.

22. Tais estudos demonstraram a **ausência de danos** decorrentes do rompimento na região avaliada, denominada de “novas áreas”, que inclui o litoral do Espírito Santo, entre os municípios

de Conceição da Barra, ao norte, e Serra, ao sul, o que, conseqüentemente, demonstra o descabimento das recomendações da Nota Técnica nº 49/2023 ao CIF.

23. Especificamente quanto às comunidades remanescentes quilombolas do Sapê do Norte, é importante destacar, ainda, que o principal curso d'água do litoral norte do Espírito Santo, e que abastece as comunidades é o Rio Cricaré (ou Rio São Mateus), conforme demonstrado abaixo:

Figura 4 — Distribuição das comunidades quilombolas consultadas, que integram o território Sapê do Norte, nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, litoral Norte do Espírito Santo



24. A reprodução acima ilustra que as comunidades do Sapê do Norte estão localizadas nas bacias hidrográficas dos rios Itaúnas e Cricaré (São Mateus), e não se relacionam com o rio Doce, de modo que não é possível afirmar que houve o carreamento de rejeito nos rios da região por qualquer de seus afluentes.



25. Portanto, das 28 (vinte e oito) comunidades de remanescentes quilombolas do território de Sapê do Norte listadas na Nota Técnica nº 49/2023 da CT-IPCT (a de nº 29 é a Comunidade de Vila Santa Efigênia, localizada em Mariana/MG), apenas uma delas (Santana) está localizada no litoral, mais precisamente na foz do rio Cricaré (São Mateus), enquanto as demais estão localizadas no interior do continente, às margens dos diversos cursos d'água da bacia hidrográfica do Cricaré, a qual, ressalte-se, não foi afetada pelo rompimento da barragem de Fundão.

26. Evidencia-se, assim, a falta de embasamento técnico adequado e a inexistência de correlação entre os fundamentos da Nota Técnica nº 49/2023 e o previsto nas Cláusulas 20 e 22 do TTAC, que exigem estudos que identifiquem as áreas em que foram constatados "impactos sociais, culturais, econômicos ou ambientais", isto porque o documento se fundamentou na Deliberação nº 58 do CIF, cuja validade vem sendo devidamente impugnada em Incidente de

Divergência específico.

27. Nesse contexto, a Fundação Renova reitera ao CIF que não cabe, neste momento, a inclusão das comunidades do Território Sapê do Norte em qualquer dos programas pretendidos, uma vez que a validade da Deliberação nº 58 do CIF está sendo discutida em Juízo, em Incidente de Divergência instaurado pelas Empresas interessadas.

III. IMPOSSIBILIDADE DE INCLUSÃO INJUSTIFICADA DA COMUNIDADE DE VILA SANTA EFIGÊNIA (MARIANA/MG) NOS PROGRAMAS DO TTAC

28. Um dos objetos da Deliberação 691 do CIF é a determinação de atendimento à Comunidade de Santa Efigênia (Mariana/MG) no PG04, de acordo com o Parecer 01/2023 da Fundação Cultural Palmares, de forma a cumprir a cláusula 46 do TTAC.

29. Conforme anteriormente exposto, o Parecer nº 1/2023/CP02DPA/DPA/PR se fundamenta na decisão proferida nos autos do Incidente de Divergência nº 1046611-58.2020.4.01.3800, *que determinou a inclusão em caráter cautelar, dos programas em execução pela Fundação Renova aos territórios reconhecidos como impactados através da deliberação nº 58 do CIF, que trata do reconhecimento de “novas áreas”*.

30. Apesar disso, sem qualquer fundamentação que a justifique, o referido parecer orientou a inclusão da Comunidade de Quilombolas de Santa Efigênia, localizada no território de Mariana/MG – e que, portanto, de nenhuma maneira se relaciona com as áreas previstas na Deliberação CIF nº 58 -, entre as comunidades que devem ser incluídas nos programas da Fundação Renova.

31. Nesse ponto, há que se ressaltar que a Cláusula 46 do TTAC previu que a Fundação deveria *estabelecer tratativas com as Comunidades Remanescentes do Quilombo de Santa Efigênia, em Mariana – MG, e executar estudo para identificar eventuais impactos às referidas comunidades*

em decorrência do EVENTO (rompimento da barragem) e, caso identificados impactos, adotar as medidas necessárias.

32. Para a elaboração do estudo, a consultoria independente contratada pela Fundação Renova deveria observar o Termo de Referência elaborado pela Fundação Cultural Palmares, que foi apresentado por meio do Ofício nº 121/2016/DPA/FCP/MinC, de 11 de maio de 2016.

33. Em 21 de dezembro de 2016, por meio do Ofício nº 17/2017-GAB-FCP, a Fundação Cultural Palmares informou à Fundação Renova a alteração do Termo de Referência anteriormente elaborado, em razão de *erros* contidos no original, constatados após visitas técnicas às comunidades remanescentes de quilombos, tendo assim concluído:

3. Embora inicialmente a suspeita fosse de que a comunidade de Vila Santa Efigênia, localizada em Mariana/MG, tivesse sido atingida, dado à proximidade do desastre ambiental, foi apenas na CRQ de Degredo, localizada no litoral norte capixaba, mais precisamente em Linhares, que se percebeu e onde foram registrados relatos de impactos sofridos.

34. Assim, considerando que a própria Fundação Cultural Palmares se manifestou anteriormente pela inexistência de impactos sobre a comunidade de Vila Santa Efigênia, não caberia a sua inclusão, nesse momento, no rol das comunidades que deveriam ser atendidas pelos programas da Fundação Renova, ainda que a referida comunidade tenha sido citada no TTAC, haja vista que inexistem indícios de impactos na comunidade.

35. A alteração de entendimento da Fundação Cultural Palmares deve ser acompanhada da apresentação de indícios de impacto à comunidade, conforme previsto na Cláusula 50 do TTAC, que fundamentem a necessidade de atuação da Fundação Renova, sobretudo após mais de 7 (sete) anos do rompimento e considerando que já houve manifestação anterior do órgão público pela inexistência de impactos.

36. O Parecer nº 1/2023/CP02DPA/DPA/PR, que fundamentou a aprovação da Deliberação nº 691 apenas cita o nome da comunidade de Vila Santa Efigênia em uma lista de comunidades quilombolas do Espírito Santo (apesar da referida comunidade se localizar em Minas Gerais), sem que haja qualquer outra justificativa para que a referida comunidade ali figurasse, pois a fundamentação apresentada pela Fundação Cultural Palmares aborda a necessidade de atendimento das comunidades integrantes das “novas áreas” previstas na Deliberação CIF nº 58, tendo inclusive citado decisão do respectivo incidente de divergência, com o qual não se relaciona o território de Mariana/MG, onde se localiza a Comunidade de Vila Santa Efigênia.

37. É evidente que a orientação da Fundação Cultural Palmares, por meio do Parecer nº 1/2023/CP02DPA/DPA/PR, é contraditória à sua posição anterior (Ofício nº 17/2017-GAB-FCP), que reconheceu não haver danos à referida comunidade, e não apresenta qualquer embasamento técnico mínimo que justifique o atendimento da Comunidade de Vila Santa Efigênia nos programas da Fundação Renova.

IV. CONCLUSÃO

38. Diante do exposto, a Fundação Renova impugna formal e integralmente Deliberação CIF nº 691, bem como requer a RECONSIDERAÇÃO da deliberação em referência, para REPROVAR as orientações contidas tanto na Nota Técnica 49/2023/CT-IPCT quanto no Parecer nº 1/2023/CP02DPA/DPA/PR.

DocuSigned by:

Maria Albanita de Lima

44631B0AB5D6430...

Atenciosamente,

FUNDAÇÃO RENOVA

MARIA ALBANITA ROBERTA DE LIMA

PROGRAMA DE POVOS TRADICIONAIS